

**Parecer nº 127/98**

Data: 1998.10.07

Processo nº 385 - A

**Requerente:** Rui Carlos Pereira Teixeira de Aragão.

Solicita Rui Carlos Pereira Teixeira de Aragão que a CADA emita Parecer relativo ao reconhecimento de interesse directo e pessoal no acesso aos testes psicotécnicos de quatro concorrentes aprovados no concurso promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) para técnicos superiores e conselheiros de orientação profissional, no âmbito de um dos Centros de Emprego.

Os dados constantes dos testes psicotécnicos devem ser considerados dados pessoais, para efeitos do nº 1 alínea c), do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA) pois respeitam a informações sobre pessoas singulares, contendo juízos de valor, apreciações ou elementos abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada, sendo necessário, para o acesso de um terceiro, que este esteja previamente habilitado com parecer favorável da CADA, que lhe reconheça interesse directo e pessoal (cfr. nº 3 do artigo 8º da LADA).

Invoca o requerente a favor de tal interesse:

- a) foi opositor do concurso em causa, onde se viu preterido;
- b) pretende comparar os testes psicotécnicos dos quatro concorrentes aprovados, com os seus próprios testes, “de modo a verificar” se estão ou não correctamente pontuados e se “existe ou não razão para impugnar os resultados do concurso de admissão em análise”.

Tem sido linha doutrinal da CADA o reconhecimento de interesse directo e pessoal sempre que exista um nexo causal objectivo e imediato entre o acto ou os dados de

que se pretende o acesso e a pessoa que os requer, bem como que tais elementos sejam susceptíveis de afectar a sua esfera pessoal.

No âmbito de um concurso em que o terceiro, que requer o acesso, foi opositor, e em que os testes psicotécnicos serviram de elemento de ponderação e valoração para a definição do perfil dos candidatos e, portanto, para o Parecer final da empresa que realizou o relatório de avaliação psicológica (bastante adequado, adequado, adequado com algumas reservas, reservas) não pode a administração impedir que o candidato preterido possa comparar os seus testes com os daqueles que directamente se lhe opuseram e que ficaram aprovados.

Neste termos a CADA reconhece a Rui Carlos Pereira Teixeira de Aragão interesse directo e pessoal no acesso aos testes psicotécnicos dos quatro candidatos aprovados no concurso em que foi opositor. Nos termos do nº 3, do artigo 10º, da Lei nº 65/93, os dados pessoais comunicados não podem ser utilizados para fim diverso do que foi requerido.

Lisboa, 7 de Outubro de 1998

*João Labescat (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - João Figueiredo (voto vencido, conforme declaração anexa) - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente).*

#### Declaração

Reconheço a existência do nexo causal.

Contudo, o reconhecimento do interesse pessoal e directo de quem pretende aceder a informação nominativa de terceiras pessoas, deve depender da explicitação do direito ou do dever que tal acesso permitirá exercer ou cumprir, e das condições que efectivamente existam para tal exercício ou cumprimento.

Referindo o requerente que pretende impugnar os resultados do concurso, não demonstra, sobretudo em matéria de prazos, que está em condições de efectivamente poder exercer tal direito.

a) João Figueiredo